

# Quem controla o Legislativo?

*A ocupação de cargos de comando na Câmara dos Deputados\**

**José Alexandre da Silva Jr.<sup>1</sup>**

**Dalson Britto Figueiredo Filho<sup>2</sup>**

**Ranulfo Paranhos<sup>3</sup>**

**Enivaldo Carvalho da Rocha<sup>4</sup>**

## Resumo

Que fatores explicam a ocupação de cargos de destaque no interior da Câmara dos Deputados no Brasil? Compreendendo o processo seletivo como um problema de agência, este trabalho testa a hipótese de que existe um perfil homogêneo de liderança baseado na expertise e na credibilidade. A dimensão da expertise é composta a partir da antiguidade congressual, experiência política e *status* de mandatário. A credibilidade é formada pela antiguidade, experiência e migração partidárias. Em termos metodológicos, utilizamos um modelo de análise de componentes principais, regressão logística e análise discriminante. Os cargos analisados são os de presidentes de comissão, líderes partidários e integrantes da mesa diretora durante a 51<sup>a</sup> legislatura (1999-2003). Comparativamente, os resultados sugerem que os ocupantes desses cargos apresentam maior conhecimento da organização congressual e ou maior alinhamento com os interesses dos seus partidos.

**Palavras-chave:** estudos legislativos; Câmara dos Deputados; cargos de comando.

## Abstract

Which factors explain the occupation of leadership positions inside of Brazilian Chamber of deputies? Assuming the selective process as an agency problem, this paper tests the hypothesis that there is a homogeneous profile of leadership based on both expertise and credibility. The expertise dimension is based on congressman seniority,

---

## Sobre os autores

1. Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Doutor e Mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE)

2. Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE), Doutor e Mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE)

3. Professor do Instituto de Ciências Sociais de Universidade Federal de Alagoas (ICS/UFAL), Doutorando e Mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE)

4. Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE), Pós-doutorando do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP/UFMG) e Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em Estatística pela Universidade de São Paulo (USP).

political experience and incumbency status. The credibility is based on party seniority, party experience and party migration. On methodological grounds, we employ a principal component model, logistic regression and discriminant analysis. We examine the following leadership positions during 51<sup>a</sup> legislature (1999-2003): committee chairmanship, party leadership and direct board membership. Comparatively, the results suggest that selected members show higher knowledge of congress organization and/or higher alignment with party interests.

**Keywords:** legislative studies; Congress; positions of command.

Artigo recebido em 2 de maio de 2013; aceito para publicação em 12 de julho de 2013.

“As far as our propositions are certain, they do not say anything about reality. And as far as they do say anything about reality, they are not certain.”

*Albert Einstein*

“Not all readers are leaders, but all leaders are readers.”

*Harry S. Truman*

## Introdução

A ocupação de cargos de destaque no interior do Congresso é um dos temas mais pesquisados pela literatura especializada (Patterson, 1963; Polsby 1968; Polsby *et al.*, 1969; Hinckley, 1970; Peabody, 1976; Lommiss, 1988; Clausen e Wilcox, 1987; Canon, 1989; Bawn, 1998; Moncrief, 1999; Sinclair, 1999; Heberlig *et al.*, 2006). O desenho de pesquisa típico procura estimar quais são os fatores que explicam a ocupação de cargos estratégicos dentro da máquina congressual (Hibbing, 1999). Por exemplo, Polsby (1968) defende que a *seniority* (antiguidade) é uma variável decisiva na seleção dos presidentes de comissões. Por outro lado, Peabody (1976) aposta em características e atributos pessoais como os critérios de seleção. Já Canon (1989) argumenta que a escolha dos líderes na Câmara e no Senado obedece a quatro fatores institucionalmente definidos (*durability, internal complexity, boundedness and universal norms*). Seja como for, muito esforço analítico tem sido empregado no sentido de identificar quais são as variáveis que importam para explicar quem representa os representantes.

De forma surpreendente, a academia nacional concedeu pouca atenção a esse tema. Especificamente, sabe-se muito pouco sobre

como são recrutados os congressistas brasileiros. Os principais trabalhos sobre o tema focam a fidelidade partidária ou a expertise dos escolhidos ao cargo (Santos e Rennó, 2004; Mueller, 2005 e Santos e Acir, 2005). Nesse artigo junta-se as duas dimensões e, além disso, trabalha-se com variáveis ainda pouco exploradas em trabalhos cujo foco é a ocupação de cargos de destaque no Legislativo. Portanto, o principal objetivo é identificar quais são os fatores que explicam a seleção dos parlamentares que ocupam posições de destaque dentro da Câmara. Os cargos examinados são: presidentes das comissões, líderes partidários e integrantes da mesa diretora, durante a 51ª legislatura (1999-2003). A hipótese de trabalho sustenta que os escolhidos reúnem maior conhecimento da máquina parlamentar (expertise) e/ou maior compromisso com a organização partidária (credibilidade).

Teoricamente, acreditamos que o processo de recrutamento parlamentar para os cargos de destaque no interior do Legislativo brasileiro pode ser formulado a partir do modelo de principal-agente (Posler e Rhodes, 1997; Sinclair, 1999). Mais especificamente, os parlamentares medianos estariam interessados em assegurar que seus representantes sejam sagazes o suficiente para negociar suas demandas com o Executivo, mas incapazes de trair a confiança da bancada. Em outros termos, a escolha busca um bom atravessador de demandas que deve contar com um maior grau de conhecimento da máquina parlamentar (Polsby *et al.*, 1969; Kebriel, 1992). Similarmente, o escolhido precisa dispor de ampla confiança dos seus correligionários, sinalizada por um maior grau de compromisso com a promoção de bens coletivos (Cox e McCubbins, 1993; Posler e Rhodes, 1997).

Este artigo está dividido da seguinte forma: inicialmente, buscamos consolidar o escopo teórico da análise a partir do modelo principal-agente. Depois disso, apresentamos o desenho de pesquisa. Na terceira parte, as hipóteses são testadas via análise descritiva e multivariada. Na última seção, sintetizamos as principais conclusões do trabalho.

### **Mandante-Agente: os mecanismos de delegação na Câmara dos Deputados**

Segundo Bendor *et al.* (2001), para uma tipologia mínima da relação de delegação é preciso considerar “*only two decision makers: a principal and an agent. Any fewer than two makes delegation*

*impossible; any more is excess baggage. Similarly, each has two options: The boss can either delegate or not; the subordinate can either work or shirk*” (Bendor *et al.*, 2001, p. 236). A preocupação central gira em torno dos mecanismos suficientes para produzir esse equilíbrio em que o mandante delega e o agente trabalha (Bendor *et al.*, 2001). Entretanto, o problema da deserção é muito comum (Wilson, 1989). Vale dizer, as dificuldades aumentam quando o mandante não pode observar e controlar diretamente as ações e as informações dos agentes. Ou ainda, quando o desenho institucional que regula a delegação não favorece a fiscalização e a convergência de interesses entre os atores (Kiewiet e McCubbins, 1991). Para Jesen e Meckling (1976),

*If both parties to the relationship are utility maximizers, there is a good reason to believe that the agent will not always act in the best interests of principal. The principal can limit divergences from his interest by establishing appropriate incentives for the agent and by incurring monitoring cost designed to limit the aberrant activities of agent* (Jesen e Meckling, 1976, p. 11).

Ou seja, é difícil garantir uma estratégia ótima a custo zero. Isso porque é impossível prever por contrato todas as ações dos agentes, o que sugere a permanência de “brechas” (Jesen e Meckling, 1976). Melo (1996) afirma que essas lacunas abrem espaço para o oportunismo. Esse comportamento se reflete *ex-ante* (*adverse selection*) e *ex-post* (*moral hazard*). A seleção adversa se refere às dificuldades de obtenção de informação para escolha dos melhores agentes. O processo de recrutamento serve como exemplo; ao tentar preencher um cargo importante, as empresas tendem a atrair grande quantidade de candidatos que têm incentivos para sobreestimar as suas habilidades. Quanto ao risco moral, o exemplo clássico é o da empresa de seguros de automóvel. A ideia central é que o comportamento do contratante se altera após a assinatura do contrato. Se antes ele estacionava seu carro apenas em lugares mais seguros, na situação pós-contratual o cliente tem mais incentivos a correr riscos. Dessa forma, o seguro acaba funcionando como um incentivo perverso.

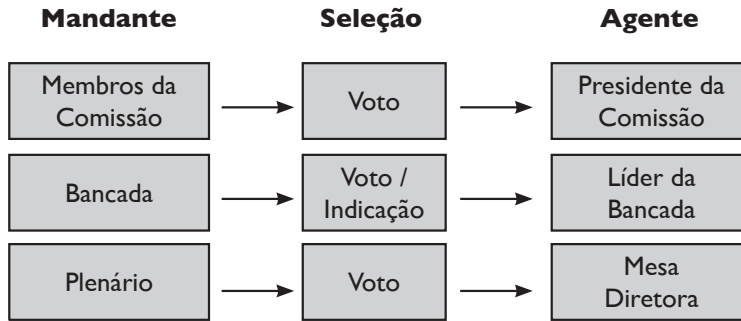
Esse esquema analítico tem sido utilizado para examinar um grande número de questões na Ciência Política. Comumente, o modelo do mandante-agente concebe a delegação como um dos principais mecanismos utilizados para solucionar problemas de ação coletiva

(Calvert 1992; Cox e McCubbins, 1993; Sinclair, 1999). Na arena congressual não é diferente já que muitas decisões dependem da ação coordenada dos parlamentares, sendo a delegação de autoridade aos líderes um mecanismo amplamente utilizado. Dessa forma, a seleção adversa é um risco eminente incorrido na escolha dos agentes dentro do Congresso (Posler e Rhodes, 1997, Cox e McCubbins, 1993). O desafio é selecionar os agentes mais bem preparados e mais críveis. Isso porque uma escolha equivocada pode gerar sérios problemas de coordenação e cooperação, subutilizando recursos essenciais à sobrevivência política dos congressistas.

Segundo a literatura, existem alguns dispositivos para evitar que os deputados comprem “gato por lebre”, ou seja, façam uma má escolha. Tanto Kiewiet e McCubbins (1991) quanto Posler e Rhodes (1997) sugerem a observação das características dos candidatos ao cargo. Ou seja, a ideia é identificar sinais na trajetória política dos candidatos que assegurem a sua competência e credibilidade. Além disso, o mandante pode estabelecer um conjunto de exigências para salvaguardar o processo seletivo (*screening and selections mechanisms*). Teoricamente, o agente escolhido deve ter habilidades para desempenhar a sua função, mas também compartilhar um maior número de “afinidades” com os interesses do mandante. Dessa forma, reduz-se, ao mesmo tempo, a probabilidade de escolher um despreparado e a tendência ao comportamento oportunista. Lembrando que uma boa escolha é aquela que dispensa custos de monitoramento (*monitoring and reporting requirements*).

### **Cadeias de delegação na Câmara dos Deputados**

No Brasil, é comum a afirmação de que os trabalhos na Câmara dos Deputados são altamente centralizados (Figueiredo e Limongi, 1999). Obviamente, nesse contexto aumentam os riscos de oportunismo incorridos na relação delegativa, embora a necessidade da delegação cresça quando se tem atores coletivos em dinâmicas que exigem centralização (Kiewiet e McCubbins, 1991). Segundo Anastasia, Ranulfo e Santos (2004), a máquina congressual brasileira é uma das mais complexas da América Latina. Regimentalmente, ela está organizada em torno de alguns postos de comando, em especial: 1º) presidência das comissões; 2º) líderes da bancada e 3º) mesa diretora. Para análise, é importante ressaltar quais são as características das cadeias delegativas de cada cargo.



**Figura I - Cadeias de Delegação**

\* Exceto os líderes indicados pelo Governo, líder da minoria e maioria. A bancada também pode ser composta por blocos parlamentares.

De início, deve-se analisar as exigências para os ocupantes da presidência das comissões. O processo seletivo é realizado dentro das comissões, os eleitos têm mandato de um ano, vedada a reeleição. Como a composição é partidariamente proporcional, a dimensão da credibilidade pode ser prejudicada pela heterogeneidade partidária do mandante. Entretanto, é preciso observar que muitas comissões desenvolvem um conhecimento técnico inacessível à maioria dos deputados (Santos e Alcira, 2005; Rennó e Santos, 2002). Adicionalmente, sabe-se que, a depender da matéria, quem ocupa os postos de comando das comissões encontra-se em posição privilegiada para influenciar a formulação das políticas públicas (Krehbiel, 1992). Claro está que essa possível influência cresce de acordo com o conhecimento técnico do agente; portanto, nesses cargos a ligação entre o oportunismo e a competência do agente é mais ambígua. Probabilisticamente, quanto mais especialização, maior é o espaço para o oportunismo, já que esse último reside na complexidade dos detalhes técnicos (Cox e McCubbins, 1993).

Por sua vez, o líder de bancada também é eleito, embora o processo seja bem menos transparente. O detalhe é que tanto o processo seletivo quanto o tempo de mandato e os termos de sua revogação são estabelecidos no regimento de cada partido. Vale acrescentar, em alguns deles a instabilidade é alta e os critérios de destituição são circunstanciais. Todavia, acredita-se que a “facilidade” de substituição não reduz o interesse em maximizar expertise e credibilidade do escolhido. Seja como for, a bancada (mandante) por acordo ou voto seleciona um líder (agente) para representá-la no colégio de líderes. Este último órgão

é considerado o mais poderoso da Câmara dos Deputados. Segundo Figueiredo e Limongi (1999) ele é de fundamental importância para garantir o acesso dos parlamentares aos benefícios oriundos de outros centros de poder, leia-se, o Executivo. Mais especificamente, para Pereira e Rennó, (2001) “os deputados agem em conformidade com as posições das suas lideranças partidárias como uma forma de ter acesso aos benefícios políticos e financeiros controlados pelos líderes e centralizados no Executivo (Pereira e Rennó, 2001, p.<sup>1</sup>).” Desta forma, mais que qualquer outro, os líderes precisam demonstrar compromisso com metas coletivas e eficiência na negociação com outros atores da arena decisória. Por isso, espera-se que indivíduos desprovidos de confiança dos seus correligionários e habilidade política dificilmente consigam conquistar a preferência da bancada.

Por fim, nota-se que a composição da mesa diretora é feita por meio de eleições diretas com a participação de todos os deputados em exercício. O tempo de mandato é de dois anos, vedada a recondução imediata para o mesmo cargo. Além disso, a principal função dos ocupantes desses postos é a organização da agenda parlamentar (*agenda steering*). Portanto, os escolhidos precisam inspirar confiança de grande soma dos membros da Casa. Outra expectativa plausível é que os escolhidos conheçam razoavelmente o funcionamento da máquina. Do contrário, o centro de controle da Câmara estaria ocupado por parlamentares pouco críveis e inexperientes. Logo, eleva-se o risco de captura da Casa por interesses individuais e/ou desorganização generalizada dos trabalhos legislativos. Duas observações são necessárias para melhor especificação das hipóteses desse trabalho: 1) Como a composição do mandante da mesa diretora é bastante heterogênea (parlamentares de diferentes partidos), é razoável supor que a dimensão da credibilidade apareça com menor clareza. Isso porque os aspectos que investigamos devem fazer mais sentido para os membros do partido do escolhido e menos para todo o plenário; 2) Embora seja possível que os parlamentares do bloco de oposição e situação, ou de diferentes partidos, tenham expectativas divergentes quanto ao papel dos comandantes da Câmara, é razoável supor que a preferência dominante seja por um colega experiente e/ou confiável.

---

1. Não é possível indicar a página já que a versão disponível está em HTML.

Formalmente, o processo seletivo é bem diferenciado nas três relações. Além disso, não existem exigências legais que salvaguardem a escolha dos agentes. Ou seja, qualquer *outsider* pode vir a ocupar um cargo dentro da máquina parlamentar. Todavia, a questão é saber se a racionalidade dos congressistas não desenvolve mecanismos informais de seleção (Posler e Rhodes, 1997). Qualquer um deles estaria capacitado a ocupar a presidência da Câmara? Ou os escolhidos atendem a determinados critérios seletivos? Neste texto, apostamos que os critérios existem e podem ser identificados. De forma geral, o primeiro deles é o conhecimento que o parlamentar tem sobre o funcionamento técnico da Casa (*expertise*). O segundo é representado pelo compromisso dos agentes com a promoção de metas coletivas (*credibilidade*). A hipótese é que os escolhidos atendam as duas exigências, embora se espere que a intensidade de cada uma varie segundo o cargo analisado.

## Metodologia

A variável dependente é a ocupação de cargos de destaque na Câmara dos Deputados (CD). Os postos examinados são: presidentes das comissões, líderes partidários e integrantes da mesa diretora. Em termos metodológicos, a matriz está organizada a partir de uma variável *dummy*, assumindo valor “1” caso o deputado tenha exercido algum posto de comando e valor “0” caso contrário. A tabela abaixo apresenta as variáveis independentes.

**Tabela I** – Variáveis independentes

Variável	Descrição	Dimensão
Antiguidade Congressional	Número de mandatos	Expertise
Experiência política	Exercício de cargos eletivos em outras arenas decisórias	
Status do candidato	<i>Incumbent</i> ou <i>challenger</i>	
Antiguidade Partidária	Número de anos de filiação partidária	Credibilidade
Experiência Partidária	Cargo na executiva do partido	
Migração Partidária	Se permaneceu no partido após eleito	

Fonte: elaboração dos autores

Em relação aos fatores explicativos, a variável *antiguidade congressional* (*Acon*), é discreta e representa o número de legislaturas exercidas



pelo parlamentar. A *experiência política (Exp)* é categórica e procura dar conta da especialização anterior à ocupação dos postos de comando. Ela assume valor “1” quando o parlamentar possui experiência em alguma das arenas (Executivo ou Legislativo em qualquer nível) e valor “0” caso contrário. A variável *status do candidato (Scan)* indica se o parlamentar já era deputado no pleito eleitoral anterior à sua eleição. Assume valor “1” para *incumbent* e “0” para *challenger*. Em conjunto, essas três variáveis funcionam como *proxy* do grau de conhecimento da máquina (expertise). Aposta-se que os ocupantes dos cargos de destaque reúnem maior expertise, já que a Câmara possui uma estrutura interna complexa, sendo necessário tempo para que se conheça as suas peças (atores) e engrenagens (procedimentos).

Por outro lado, as três últimas variáveis refletem a ligação do parlamentar com o seu partido (antiguidade, experiência e migração partidárias). É nesse sentido que a variável *antiguidade partidária (Apar)* computa o número de anos consecutivos de filiação do parlamentar. A variável *experiência partidária (cargo)* também tenta capturar o nível de ligação do deputado com seu partido, assumindo valor “1” se o congressista tenha exercido cargo na executiva de sua legenda e valor “0” caso contrário. A variável *migração (Mig)* funciona como uma medida de enraizamento partidário, assumindo valor “1” caso o parlamentar tenha permanecido no partido depois de eleito, e “0” caso ele tenha migrado. Em conjunto, essas três variáveis funcionam como *proxy* da credibilidade. Teoricamente, os ocupantes dos cargos de destaque precisam dispor da confiança de seus correligionários. Sumarizando:

### Hipóteses

H<sub>1</sub>: os ocupantes dos cargos de destaque apresentam maior expertise em comparação aos deputados medianos;

H<sub>2</sub>: os ocupantes dos cargos de destaque apresentam maior credibilidade em comparação aos deputados medianos.

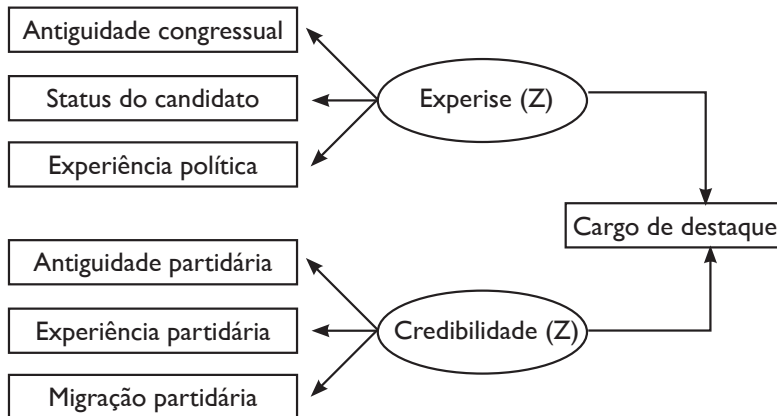
Para testar essas hipóteses, adotamos o seguinte desenho de pesquisa:

**Tabela 2** – desenho de pesquisa

População	Deputados federais da 51ª legislatura (1999-2003);
Comparação	Ocupantes dos cargos de destaque com deputados medianos;
Técnicas	Estatística descritiva e multivariada de componentes principais e análise discriminante.

Fonte: elaboração dos autores

Por fim, é importante descrever como as variáveis independentes originalmente observadas podem representar as dimensões teoricamente esperadas. Tecnicamente, utilizamos a análise de componentes principais. Essa técnica é utilizada para examinar os padrões ou relações latentes entre um grande número de variáveis e determinar se a informação pode ser condensada ou resumida a um conjunto menor de fatores ou componentes (Hair, Anderson, Tatham e Black, 2005, p. 90). Por fator, entende-se a combinação linear (variável estatística) das variáveis originais. Os fatores também representam as dimensões latentes (constructos) que resumem ou explicam o conjunto original de variáveis observadas. A figura a seguir sintetiza a metodologia.



**Figura 2** – Síntese da metodologia<sup>2</sup>

Fonte: elaboração dos autores

No caso acima,  $X_1$ ,  $X_2$ ,  $X_3$ ,  $X_4$ ,  $X_5$  e  $X_6$  são variáveis observadas no mundo real que serão resumidas em dois fatores: expertise e credibilidade. Para estimar a expertise ( $Z$ ) utiliza-se a antiguidade congressual ( $X_1$ ), experiência política ( $X_2$ ) e o *status* de *incumbent*

2. King (2001) adverte que “*a common mistake is to view the observed variables as causing the factor. This is incorrect. The correct model has observable dependent variables as functions of the underlying and unobservable factors*” (King, 2001, p. 682). Ou seja, por mais intuitivo que seja acreditar que as variáveis observadas causam o fator, a interpretação correta é justamente o oposto: o fator é um construto (dimensão) comum entre as variáveis. É nesse sentido que as setas estão posicionadas tendo o fator como referência em função das variáveis observadas.

( $X_3$ ). Para estimar a credibilidade ( $Z$ ) utiliza-se a antiguidade congressional ( $X_4$ ), a experiência partidária ( $X_5$ ) e a migração partidária ( $X_6$ ).

## Resultados

**Tabela 3 - Antiguidade congressional - 51ª (1999-2003)**

Cargo	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de variação
Presidente	1,38	1,008	0,730
Líderes	2,00	1,732	0,866
Mesa Diretora	2,25	0,866	0,385
Câmara	1,27	1,378	1,085

Fonte: elaboração dos autores

A média de *antiguidade* dos parlamentares na 51ª legislatura foi 1,27 mandatos. Para os presidentes das comissões esse valor foi 1,38 e para os comandantes das bancadas de duas legislaturas. Como pode ser notado, o grupo mais experiente ocupou a mesa diretora, apresentando uma média de 2,25. Os dados sugerem que os postos de comando da Câmara são controlados por parlamentares mais experientes do que a média geral. No quesito heterogeneidade, via coeficiente de variação, é possível identificar dois grupos. De um lado, o plenário (1,085), de outro, a mesa diretora (0,385). Em termos substantivos, os integrantes da mesa diretora formam um grupo mais semelhante no que diz respeito à distribuição da antiguidade. No plenário observa-se exatamente o oposto: maior heterogeneidade.

**Tabela 4 - Experiência Política - 51ª (1999-2003)**

Cargo	N	%
Presidentes	20	60,60
Líderes	24	60,00
Mesa Diretora	8	61,50
Câmara	293	57,10

Fonte: elaboração dos autores

No que diz respeito à *experiência política* em outras arenas eleitorais, dos 513 parlamentares na Câmara dos Deputados 57,10% já exerceram cargos em outras arenas. Novamente os integrantes da mesa diretora aparecem como o grupo mais experiente (61,50%),

seguido de perto pelos presidentes das comissões (60,60%). Os líderes apresentaram o perfil mais profissionalizado do que a Câmara em geral, já que 60% deles já exerceram cargos eletivos em outras arenas decisórias. Mais uma vez ganha força o argumento de que os postos de comando no interior da Câmara são ocupados por deputados que, em média, são mais experientes.

**Tabela 5** - Status do candidato – Incumbent (em 1999)

Cargo	N	%
Presidentes	25	75,80
Líderes	29	72,50
Mesa Diretora	12	92,30
Câmara	290	56,50

Fonte: elaboração dos autores

De acordo com os dados, 56,50% dos congressistas já possuíam uma sala em Brasília. Ao se considerar os líderes, nota-se que cerca de três em cada quatro comandantes de bancada também eram *incumbents* (72,50%). Entre os presidentes das comissões, 75,80% detinham um cargo prévio e 92,30% dos integrantes da mesa diretora já se encontravam na capital federal.

**Tabela 6** - Antiguidade Partidária

Cargo	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de variação
Presidentes	9,61	7,641	0,795
Líderes	13,10	6,874	0,525
Mesa Diretora	11,75	7,629	0,649
Câmara	10,09	7,759	0,769

Fonte: elaboração dos autores

No que diz respeito à *antiguidade partidária* a distribuição é a seguinte: presidentes das comissões (9,61), Câmara (10,09), mesa diretora (11,75) e líderes (13,10). À primeira vista, esses dados sugerem que critérios partidários, ainda que de forma menos robusta, parecem importar também na alocação dos membros em postos de comando. No quesito heterogeneidade, via coeficiente de variação, o grupo mais semelhante é composto pelos líderes (0,525) enquanto a categoria presidentes é o agrupamento mais heterogêneo (0,795).

**Tabela 7 - Cargo no Partido**

<b>Cargo</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Presidentes	20	60,60
Líderes	29	72,50
Mesa Diretora	6	50,00
Câmara	202	43,20

Fonte: elaboração dos autores

Outra maneira de capturar a credibilidade dos parlamentares é analisar o seu grau de comprometimento com os seus partidos. Foi utilizada a ocupação de cargo na legenda como *proxy* de envolvimento partidário. Como pode ser notado, 43,20% dos congressistas já exerceram postos em seus partidos. Esse percentual é de 50% para os integrantes da mesa diretora. Para os líderes e os presidentes esses percentuais são de 72,50% e 60,60%, respectivamente. Ou seja, os dados sugerem que os deputados que exercem postos de comando apresentam, comparativamente, um maior grau de envolvimento com seus partidos.

**Tabela 8 – Migração Partidária**

<b>Cargo</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Presidentes	10	31,20
Líderes	4	10,00
Mesa Diretora	4	33,30
Câmara	158	32,00

Fonte: elaboração dos autores

Canonicamente, um *proxy* do grau de enraizamento dos parlamentares em seus partidos é a migração (Ames, 2003; Mainwaring, 2001; Santos, 2001). Por isso, decidimos analisar o percentual de migrantes por cargo de destaque. Como pode ser notado, o grupo que menos migra é composto pelos líderes, na medida em que apenas 10% deles mudaram de partido. Para os integrantes da mesa diretora esse percentual foi de 33,30%, sendo 31,20% para os presidentes das comissões. Na Câmara esse valor foi de 32%. A tabela que segue sintetiza os dados apresentados até aqui.

**Tabela 9** - Síntese das variáveis

Cargo	Ac	Exp (%)	Cond (%)	Ap	Cargo	Mig (%)
Presidentes	1,38	60,60	75,80	9,61	60,60	31,20
Líderes	2,00	60,00	72,50	13,10	72,50	10,00
Mesa Diretora	2,25	61,50	92,30	11,75	50,00	33,30
Câmara dos Deputados	1,27	57,10	56,50	10,09	43,20	32,00

Fonte: elaboração dos autores

De acordo com os resultados, em duas observações os dados se comportaram de forma diferente do esperado teoricamente. No geral, todavia, esses resultados sugerem que critérios profissionais (expertise) e partidários (credibilidade) parecem diferenciar comandantes e comandados no interior da Câmara. A tabela seguinte apresenta o teste de hipótese<sup>3</sup>.

**Tabela 10** - Modelo logístico (cargos de destaque)<sup>4</sup>

	B	S.E	Wald	df	Sig	Exp (b)
Expertise	0,444	0,134	10,934	1	0,001	1,559
Credibilidade	0,417	0,142	8,687	1	0,003	1,518
constant	-1,751	0,143	149,986	1	0,000	0,174

Fonte: elaboração dos autores

Como esperado, tanto a expertise (1,559) quanto a credibilidade (1,518) são fatores importantes para explicar a ocupação de cargos de destaque no interior da Câmara dos Deputados. Em particular, ao se elevar a expertise em um desvio padrão espera-se, em média, um aumento de 55,90% ( $1,559 - 1 * 100$ ) na probabilidade de um parlamentar ocupar um posto de comando, mantendo a credibilidade constante. Similarmente, ao se elevar a credibilidade em um desvio

3. Como este trabalho utiliza dados populacionais, não faz sentido analisar a significância estatística das estimações, sendo o mais importante a direção e o tamanho dos efeitos. Para uma discussão sobre o assunto ver Blalock (1967), Carver (1978, 1993), Daniel (1998), McLean e Ernest (1998) e Sawilowsky (2003).
4. As dimensões (expertise e credibilidade) foram extraídas a partir de uma análise de componentes principais. Para a expertise, o valor da estatística *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) foi de 0,516 e do *Bartlett's test of sphericity* (BTS) de 216,764, gl 3,  $p < 0,000$ . O valor da estatística *Alpha* de *Cronbach* foi de 0,305. Para a credibilidade a KMO foi de 0,647, BTS de 442,080, gl 3,  $p < 0,000$ . O valor da estatística *Alpha* de *Cronbach* foi de 0,200.

padrão, espera-se, em média, um incremento de 51,80% (1,518 – 1 \* 100) na probabilidade de um deputado ocupar um cargo de destaque. Como os coeficientes estimados não podem ser diretamente comparados no sentido de identificar que dimensão exerce o maior efeito sobre a variável dependente, optamos por reportar os coeficientes padronizados da função discriminante: expertise (0,753) e credibilidade (0,658)<sup>5</sup>. Ou seja, a dimensão da expertise parece ser ligeiramente mais importante do que a credibilidade na hora de discriminar os grupos (deputados que não ocuparam cargos de destaque *versus* aqueles que o fizeram).

Depois de testar a eficiência da expertise e da credibilidade como estimadores da ocupação de cargos de destaque, optamos por desagregar o nível de análise no sentido de auferir em que medida essas duas dimensões discriminam comandantes e comandados nos diferentes cargos. Para tanto, foram estimados um modelo para cada cargo (presidentes das comissões, líderes partidários e integrantes da mesa diretora). As próximas tabelas ilustram esses dados.

**Tabela II** - Modelo logístico (presidentes das comissões)

	<b>B</b>	<b>S.E</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig</b>	<b>Exp (b)</b>
Expertise	0,230	0,189	1,491	1	0,222	1,259
Credibilidade	0,053	0,193	0,076	1	0,783	1,055
constant	-2,637	0,194	185,015	1	0,000	0,072

Fonte: elaboração dos autores

Tanto a expertise (1,259) quanto a credibilidade (1,055) influenciam positivamente a probabilidade de ocupar a presidência das

5. A interpretação do coeficiente padronizado da função discriminante é o mesmo do coeficiente padronizado de um modelo de regressão: quanto maior o valor do coeficiente, maior é a contribuição da variável para discriminar os grupos analisados. “*It is important, however, to be well aware of the major differences between standardized measures, such as correlation and path coefficients, and unstandardized regression coefficients. The former (correlation and path coefficients) seem most appropriate for describing relationships in particular populations; the latter (unstandardized regression coefficients) for comparing populations or stating general laws*” (Blalock, 1967, p. 133). Para uma introdução à análise discriminante, ver Klecka (1980). Para uma abordagem mais avançada, ver Tabachnick e Fidell (2007). Para um tutorial na internet, ver <http://www.statsoft.com/TEXTBOOK/stdiscan.htm>.

comissões. Em especial, a elevação de um desvio padrão na expertise aumenta, em média, em 25,90% ( $1,259 - 1 * 100$ ) a probabilidade de se tornar presidente, mantendo a credibilidade constante. De forma similar, a elevação de uma unidade na credibilidade cresce 5,50% ( $1,055 - 1 * 100$ ) a probabilidade de chefiar as bancadas, controlando pela expertise. Para os presidentes das comissões, os coeficientes padronizados da função discriminante sugerem o seguinte cenário: expertise (0,976) e credibilidade (0,228). Esses resultados sugerem que a experiência na máquina parece ajudar mais o deputado do que o seu engajamento partidário na hora de presidir uma comissão.

**Tabela 12** - Modelo logístico (Líderes)

	<b>B</b>	<b>S.E</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig</b>	<b>Exp (b)</b>
Expertise	0,506	0,176	8,301	1	0,004	1,659
Credibilidade	0,760	0,208	13,332	1	0,000	2,138
constant	-2,644	0,218	147,029	1	0,000	0,071

Fonte: elaboração dos autores

Como pode ser observado, tanto a expertise (1,659) quanto a credibilidade (2,138) influenciam positivamente a probabilidade de ocupar a liderança dos partidos. Em especial, a elevação de um desvio padrão na expertise aumenta, em média, em 65,90% ( $1,659 - 1 * 100$ ) a probabilidade de se tornar líder, mantendo a credibilidade constante. De forma similar, a elevação de um desvio padrão na credibilidade faz crescer em 113,80% ( $2,138 - 1 * 100$ ) a probabilidade de chefiar as bancadas, controlando pela expertise. Para os líderes, os coeficientes padronizados da função discriminante foram de: expertise (0,607) e credibilidade (0,804). Ou seja, estratégias não partidárias podem gerar diferentes benefícios para os deputados, no entanto, a liderança de suas legendas não é uma delas. O próximo modelo replica esses testes para os integrantes da mesa diretora.

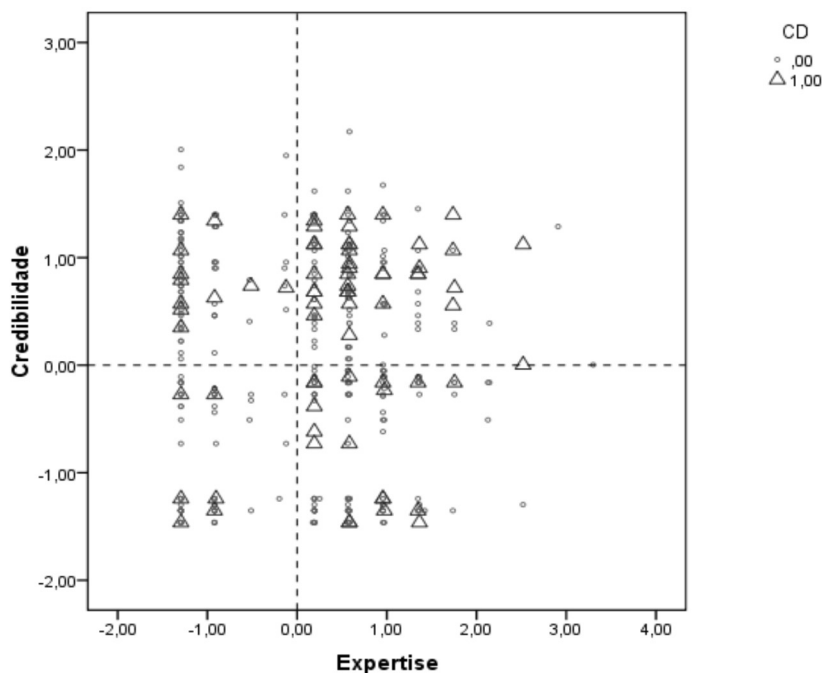
**Tabela 13** - Modelo logístico (mesa diretora)

	<b>B</b>	<b>S.E</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig</b>	<b>Exp (b)</b>
Expertise	0,786	0,332	5,598	1	0,018	2,195
Credibilidade	0,171	0,346	0,246	1	0,620	1,187
constant	-4,073	0,409	99,073	1	0,000	0,017

Fonte: elaboração dos autores



Novamente o efeito encontrado foi o teoricamente esperado (positivo em ambos os casos). Observa-se que a cada elevação de um desvio padrão na expertise, eleva-se, em média, em 119,5% a probabilidade de ocupar um cargo na mesa diretora ( $2,195 - 1 * 100$ ). No quesito credibilidade, o aumento de um desvio padrão produz um incremento médio de 18,7% na probabilidade do parlamentar participar desse grupo ( $1,187 - 1 * 100$ ). Para a mesa diretora os coeficientes padronizados da função discriminante apontam para o seguinte cenário: expertise (0,977) e credibilidade (0,205). Ou seja, para integrar a mesa diretora parece ser mais relevante conhecer as peças e engrenagens da máquina congressual do que o envolvimento partidário. O gráfico 1 ilustra o funcionamento do modelo.



**Gráfico 1.**

As linhas pontilhadas sinalizam a média de cada dimensão ( $Z$ ), no caso, zero, já que essas medidas são padronizadas. Os triângulos representam os parlamentares que ocuparam ao menos um cargo de destaque no período analisado. Contrariamente, os círculos

representam os deputados que não ocuparam nenhum posto de comando. O importante a ser destacado é a maior concentração dos triângulos no quadrante superior-direito (ambas as dimensões acima da média). Já os círculos apresentam uma distribuição claramente mais homogênea em torno dos quatro quadrantes. Em síntese, seja de maneira agregada (analisando os cargos de destaque), seja de forma desagregada (analisando os cargos separadamente), os dados sugerem que a expertise e a credibilidade são fatores importantes para explicar quem controla os cargos de comando no interior da Câmara dos Deputados. Dito de outra forma, os dados sugerem que a ocupação desses cargos não é aleatória. Pelo contrário, critérios baseados na experiência e no envolvimento partidário dos parlamentares importam para explicar quem manda e quem obedece dentro da Câmara.

## Conclusão

De acordo com King, Keohane e Verba (1994), “*we should design theories so that they can be shown to be wrong as easily and quickly as possible*” (King, Keohane e Verba, 1994:100). Seguindo essa orientação, este trabalho tentou responder a seguinte questão: quem controla o legislativo? Como variáveis explicativas, sugerimos duas dimensões: expertise e credibilidade. Ou seja, apostamos na existência de um processo de seleção que favorece os deputados que têm maior conhecimento da máquina legislativa e/ou sinalizam maior compromisso com metas partidárias.

Os resultados apresentados sugerem que os parlamentares que ocuparam cargos de destaque durante a 51ª legislatura (1999-2003) reuniam maior grau de especialização e/ou um maior engajamento partidário. No entanto, essa tendência variou entre os cargos; para alguns a importância da especialização é significativamente maior. Por exemplo, para os cargos da mesa diretora e para as comissões, conta mais o conhecimento da máquina parlamentar; quanto aos líderes, a exigência parece ser mais equilibrada, ainda que a credibilidade apareça com maior intensidade. Uma forma de entender essa diferença é observando a composição dos mandantes, tanto no caso da mesa diretora quanto das comissões, os mandantes são multipartidários. Isso dificulta a maximização do critério de credibilidade.

Seja como for, em todos os cargos analisados observou-se que o melhor desempenho em qualquer das duas dimensões aumenta a probabilidade de o parlamentar ocupar um cargo de destaque no interior da Câmara. É evidente que para melhor compreender os mecanismos que conectam variáveis independentes e dependentes, faz-se necessário que outras pesquisas detalhem o processo seletivo de cada posto, controlando pelas diferentes prerrogativas conservadas por cada cargo. No entanto, acreditamos que chamar a atenção para os postos de comando é um passo importante para melhor compreender os microfundamentos do comportamento parlamentar.

## Referências

- ABRAMSON, P. R.; ALDRICH, J. H.; ROHDE, D. W. (1987). Progressive Ambition among United States Senators. *Journal of Politics*, v. 49, pp. 3-35.
- ALDRICH, J. H. (1995). *Why Parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America*. Chicago: The University of Chicago Press.
- AMES, B. (2003). *Os Entraves da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. (2001). A Conexão Presidencial: Facções Pró e Antigoverno e Disciplina Partidária no Brasil. *Dados*, v. 44, n. 2.
- ANASTASIA, F.; MELO, C. R.; SANTOS, F. (2004). *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Unesp.
- ARNOLD, D. (1990). *The Logic of Congressional action*. New Haven: Yale University Press.
- BAWN, K. (1998). Congressional Party Leadership: Utilitarian versus Majoritarian Incentives. *Legislative Studies Quarterly*, v. 23, n. 2, pp. 219-243.
- BENDOR, J. et al. (2001). Theories of Delegation. *Annual Review Political*.
- BLALOCK, H. M. (1967). Causal inferences, closed populations, and measures of association. *American Political Science Review*, v. 61, pp. 130-136.
- BRACE, P. (1984). Progressive Ambition in the House: A Probabilistic Approach. *Journal of Politics*, v. 46, n. 2, pp. 556-571.
- CALVERT, R. L. (1992). Leadership and its Basis in Problems of Social Coordination. *International Political Science Review*, v. 13, n. 1, pp. 1-24.
- CANON, D. T. (1989). The Institutionalization of Leadership in the U. S. Congress. *Legislative Studies Quarterly*, v. 14, n. 3, pp. 415-443.
- CAREY, J. M. (2007). Competing Principals, Political Institutions, and Party Unity in Legislative Voting. *American Journal of Political Science*, v. 51, n. 1, pp. 92-107.
- CARVER, R. P. (1978). The case against statistical significance testing. *Harvard Educational Review*, v. 48, pp. 378-399.
- \_\_\_\_\_ (1993). The case against statistical significance testing, revisited. *Journal of Experimental Education*, v. 61, pp. 287-292.
- CLAUSEN, A. R.; WILCOX, C. (1987). Policy Partisanship in Legislative Leadership Recruitment and Behavior. *Legislative Studies Quarterly*, v. 12, n. 2, pp. 243-263.

- COHEN, L. (1980). Politics as an Avocation: Legislative Professionalization and Participation in Yugoslavia. *Legislative Studies Quarterly*, v. 5, pp.175-209.
- COPELAND, G. W. (1989). Choosing to Run: Why House Members Seek Election to the Senate. *Legislative Studies Quarterly*, v. 14.
- COX, G. W.; MCCUBBINS, M. D. (1993). *Legislative Leviathan: Party Government in the House*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- DANIEL, L. (1998). Statistical Significance Testing: A Historical Overview of Misuse and Misinterpretation with Implications for the Editorial Policies of Educational Journals. *Research in the Schools*, v. 5, n. 2, pp. 23-32.
- DESPOSATO, S. W. (2006). Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies. *American Journal of Political Science*, v. 50, n. 1, pp. 62-80.
- DOWNS, A. (1957). *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper.
- FENNO, R. (1996). *Senators on the Campaign Trail: The Politics of Representation*. Oklahoma: University of Oklahoma Press.
- FIGUEIREDO, A. C. & LIMONGI, F. (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- FLEISCHER, D. (1984). Do Antigo ao Novo Pluripartidarismo: Partidos e Sistemas Partidário no Congresso Nacional (1945-1984), Brasília: Câmara dos Deputados.
- FLEISCHER, D. (org.). (1981). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Editora da UnB.
- HAIR Jr., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. (2005). *Análise Multivariada de Dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman.
- HEBERLIG, E. et al. (2006). The Price of Leadership: Campaign Money and the polarization of Congressional Parties. *The Journal of Politics*, v. 68, n. 4, pp. 992-1005.
- HIBBING, J. R. (1993). The Career Paths of Members of Congress. In: WILLIAMS, S.; LASCHER Jr., E. L. (orgs.). *Ambition and Beyond*. Berkeley: Institute of Governmental Studies Press.
- HINCKLEY, B. (1970). Congressional Leadership Selection and Support: A Comparative Analysis. *The Journal of Politics*, v. 32, n. 2, pp. 268-287.
- JESEN, M. C.; MECKLING, W. H. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior Agency Cost and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, pp. 305-360.
- KEPRT, A. (2004). Using Blind search and Formal concepts for binary factor analysis. Disponível em: <http://ftp1.de.freebsd.org/Publications/CEUR-WS/Vol-98/paper12.pdf>.
- KIEWEIT, D. R.; MCCUBBINS, M. D. (1991). *The Logic of Delegation: Congressional Parties and the Appropriations Process*. Chicago, University of Chicago Press.
- KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. (1994). *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press.
- KING, G. (2001). *How not to lie with statistics: avoiding common mistakes in quantitative political science*. Disponível em: <http://gking.harvard.edu/#>
- KLECKA, W. R. (1980). *Discriminant Analysis*. Beverly Hills: Sage University Paper series on quantitative applications in the social sciences.

- KREHBIEL, K. (1992). *Information and legislative organization*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- KRITZER, H. M. (1978). Analyzing contingency tables by weighted least squares: An alternative to the Goodman approach. *Political Methodology*, v. 5, n. 4, pp. 277-326.
- KRITZER, H. M. (1978). The workshop: An introduction to multivariate contingency table analysis. *American Journal of Political Science*, v. 22, pp. 187-226.
- LOOMIS, B. A. (1984). Congressional Careers and Party Leadership in the Contemporary House of Representatives. *American Journal of Political Science*, v. 28, pp. 180-220.
- \_\_\_\_\_. (1988). *The New American Politician*. New York: Basic Books.
- LEOPOLDI, M. A. P. (1973). Carreira Política e Mobilidade Social: O Legislativo Como Meio de Ascensão Social. *Revista de Ciência Política*, v. 7, pp. 83-95.
- MAINWARING, S. P. (2001). *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o caso do Brasil*. Trad. Vera Pereira. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/FGV.
- MCLEAN, J. e ERNEST, J. (1998). The Role of Statistical Significance Testing In Educational Research. *Research in the Schools*, v. 5, n. 2, 15-22.
- MELO, C. R. (2004). *Retirando as Cadeiras do Lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- MELO, M. A. (1996). Governance e Reforma do Estado: o paradigma agente x principal. *Revista do Servidor Público*, v. 120, n. 1, p. 67-79.
- MERSHON, C.; HELLER, W. B. (2004). Theoretical and Empirical Models of Party Switching. Memo preparado para o Dublin Meeting of the Research Work Group on Legislative Party Switching, Trinity College, 4-8 July 2004.
- MONCRIEF, G. F. (1999). Recruitment and Retention in U.S. Legislatures. *Legislative Studies Quarterly*, v. 24, n. 2, pp. 173-208.
- MONCRIEF, G.; THOMPSON, J. A. (1992). *Changing Patterns in State Legislative Careers*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- MULLER, G. (2005). Comissões e Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: Um Estudo sobre os Padrões Partidários de Recrutamento para as Comissões Permanentes. *Dados*, v. 48, n. 1, pp. 371-394.
- NUNES, E. de O. (1978). Legislativo, Política e Recrutamento de Elites no Brasil. *Dados*, pp. 1753-78.
- OPELLO, W. C., Jr. (1986). Portugal's Parliament: An Organizational Analysis of Legislative. *Legislative Studies Quarterly*, v. 11, pp. 291-320.
- PALERMO, V. (2000). Como se Governa o Brasil? O Debate sobre as Instituições Políticas e Gestão de Governo. *Dados*, v. 43, n. 3.
- PATTERSON, S. C. (1963). Legislative Leadership and Political Ideology. *The Public Opinion Quarterly*, v. 27, n. 3, pp. 399-410.
- PEABODY, R. L. (1976). *Leadership in Congress: Stability, succession, and change*. Boston: Little Brown.
- PEREIRA, C.; MUELLER, B. (2002). Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro. *Dados*, v. 45, n. 2, pp. 265-301.
- PEREIRA, C.; RENNÓ, L. (2001). O que é que o Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 44, n. 2.

- POLSBY, N. et al. (1969). The Growth Seniority System in the U.S. House of Representatives. *American Political Science Review*, v. 63, n. 3, pp. 787-807.
- POLSBY, N. W. (1975). Legislatures. In: GREENSTEIN, F. I.; POLSBY, N. W. (orgs.). *Handbook of Political Science*, volume V. Reading: Addison-Wesley.
- POLSBY, N. (1968). The institutionalization of the U.S. House of Representatives. *American Political Science Review*, v. 62, n.1, pp. 47-60.
- POSNER, B. D.; RHODES, C. M. (1997). Pre-Leadership Signaling in the U. S. House. *Legislative Studies Quarterly*, v. 22, n. 3, pp. 351-368.
- PERISSINOTO, R. M. ; MIRÍADE, A. (2008). Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para Deputado Federal em 2006. *Dados*, v. 52, n. 2.
- RENNÓ, L.; BOTERO, F. (2007). Career Choice and Legislative Reelection Evidence from Brazil and Colombia. *Brazilian Political Science Review*, v. 1, n. 1, pp. 102-124.
- SANTOS, A. M. dos. (1997). Nas Fronteiras do Campo Político: Raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, pp. 87-101.
- SANTOS, F.; ALMEIDA, A. (2005). Teoria Informacional e a Seleção de Relatores na Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 48, n. 4, pp. 693-735.
- SANTOS, F.; RENNO, L. (2004). The Selection of Committee Leadership in the Brazilian Chamber of Deputies. *Legislative Studies*, v. 10, n. 1, pp. 50-70.
- SANTOS, F. (2001). *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- SAWILOWSKY, S. (2003). Deconstructing Arguments From The Case Against Hypothesis Testing. *Journal of Modern Applied Statistical Methods*, v. 2, n. 2, pp. 467-474.
- SHUGART, M.; CAREY, J. (1992). *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SIMON, L. (1987). The Climb to Leadership: Career Paths and Personal Choices. *The Journal of State Government*, v. 60, p. 245-251.
- SINCLAIR, B. (1999). Transformational Leader or Faithful Agent? Principal-Agent Theory and House Majority Party Leadership. *Legislative Studies Quarterly*, v. 24, n. 3, pp. 421-449.
- SQUIRE, P. (1992). The theory of legislative institutionalization and the California assembly. *The Journal of Politics*, v. 54, n. 4, pp. 1026-1054.
- TABACHNICK, B.; FIDELL, L. (2007). *Using multivariate analysis*. 5. ed. Needham Heights: Allyn & Bacon.
- TRUMAN, D. B. (1959). *The Congressional Party: A Case Study*. New York: John Wiley & Sons.
- VERMUNT, J.; MADIDSON, J. (2009). Factor Analysis with Categorical Indicators: A Comparison Between Traditional and Latent Class Approaches. Disponível em: <http://www.statisticalinnovations.com/articles/vanderark2004.pdf>
- WILSON, J. Q. (1989). *Bureaucracy*. New York: Basic Book.

## Anexos

### Expertise - Communalities

Variável	Initial	extraction
Antiguidade congressional	1	0,768
Status de <i>incumbent</i>	1	0,770
Experiência política	1	0,089

Método de extração: Análise de componentes principais

### Total Variance Explained

Component	Initial eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% da variância	% acumulado	Total	% da variância	% acumulado
1	1,627	54,245	53,963	1,627	54,245	54,245
2	0,964	32,120	86,365			
3	0,409	13,635	100,0			

### Component Matrix<sup>6</sup>

Variável	Component
Antiguidade congressional	0,876
Status de <i>incumbent</i>	0,878
Experiência política	-0,299

### Credibilidade - Communalities

Variável	Initial	extraction
Antiguidade partidária	1	0,806
Experiência partidária	1	0,586
Migração partidária	1	0,711

6. A inadequação da variável *experiência política* para a extração do fator pode ser parcialmente explicada pelo seu baixo grau de especificação. Por exemplo, além de ser uma *dummy*, ela concede o mesmo peso para o cargo de Vereador em Carnaubeira da Penha (PE) e para Governador da cidade de São Paulo. No entanto, para que ela possa ser rejeitada com maior segurança é necessário melhorar a sua qualidade e submetê-la a novos testes. Os autores desse *paper* estão estudando uma forma de elevar o nível de especificação da referida variável. Contribuições são bem vindas.

*Método de extração: Análise de componentes principais*

**Total Variance Explained**

Component	Initial eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% da variância	% acumulado	Total	% da variância	% acumulado
1	2,103	70,109	70,109	2,103	70,109	70,109
2	0,597	19,910	90,019			
3	0,299	9,981	100,0			

**Component Matrix**

Variável	Component
Antiguidade congressual	0,898
Status de <i>incumbent</i>	0,766
Experiência política	0,843

**Standardized canonical discriminant function coefficients**

Cargos de destaque	Function
	1
Expertise	0,753
Credibilidade	0,658

**Standardized canonical discriminant function coefficients**

Presidentes	Function
	1
Expertise	0,974
Credibilidade	0,220

**Standardized canonical discriminant function coefficients**

Líderes	Function
	1
Expertise	0,607
Credibilidade	0,804

**Standardized canonical discriminant function coefficients**

Mesa diretora	Function
	1
Expertise	0,977
Credibilidade	0,205



## **Paraná Eleitoral**

*revista brasileira de direito eleitoral e ciência política*

ISSN 1414-7866 versão impressa

### **Apresentação**

**Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política** é editada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná e com seu Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. A periodicidade da publicação é quadrimestral em suas versões online e impressa. Ela aparece nos meses de abril, agosto e dezembro.

### **Objetivo e política editorial**

Eleições, partidos políticos, campanhas eleitorais, elites políticas, em resumo, “comportamento político”, constitui um espaço singular na discussão sobre os processos políticos nos regimes democráticos contemporâneos. A **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política** é uma publicação destinada a debater prioritariamente esses temas através da Ciência Política e do Direito Político.

Para tanto, a revista **Paraná Eleitoral** recebe, via e-mail, textos em Português ou Espanhol que tenham como objeto a estrutura e organização de partidos políticos, ideologias políticas e partidárias, campanhas eleitorais, competição política, votações e regras eleitorais, recrutamento e formação de elites políticas e parlamentares, organização do sistema político nacional e regional. O periódico aceita tanto contribuições sobre processos de longa duração quanto estudos de casos. São bem-vindos artigos que utilizem ferramentas de análise diversificadas (séries históricas, modelos estatísticos, interpretações sociológicas) ou a interação entre elas.

## Normas para envio de artigos

Os artigos devem ser enviados à revista **Paraná Eleitoral** em formato .doc, .docx ou compatível com o editor de textos *Word for Windows*, aos cuidados dos editores, para o seguinte endereço (assunto do *e-mail*: artigo submetido à Revista *Paraná Eleitoral*): **paranael@tre-pr.gov.br**

Os artigos devem ser inéditos, salvo dispensa dos editores quando se tratar de matéria relevante e de interesse da comunidade político-eleitoral. Em formulário específico enviado ao autor após o aceite do texto, esse deverá declarar o ineditismo do trabalho e autorizar sua publicação, cedendo os direitos autorais para a **Paraná Eleitoral**.

A fim de garantir o anonimato, deve-se submeter o artigo com uma página de rosto contendo as seguintes informações: autoria, filiação institucional, qualificação acadêmica, três últimas publicações relevantes na área, endereço de contato, telefone e endereço eletrônico.

Os manuscritos devem ser enviados em fonte *Times New Roman* tamanho 12, em espaçamento duplo. As margens esquerda, superior e inferior devem ter três centímetros e a direita dois centímetros.

O texto deve apresentar título simples e direto. Quanto ao tamanho dos artigos, sugere-se não ultrapassar 9 000 palavras (ou até 30 laudas), incluídas notas de rodapé e referências bibliográficas.

Os artigos deverão ser obrigatoriamente acompanhados: (i) de um resumo de no máximo 250 palavras em português e inglês sintetizando o tema discutido, as hipóteses de trabalho, métodos e ferramentas utilizadas nas análises dos dados e as principais conclusões; as conclusões ou achados do estudo devem obrigatoriamente constar no resumo; e (ii) de uma relação de cinco palavras-chave, para efeito de indexação bibliográfica. O resumo deverá ser redigido em parágrafo único.

A responsabilidade pela revisão ortográfica e gramatical é do autor do manuscrito. Referências à paginação devem apresentar sua forma mais resumida (exemplo: 74-9; 3-5; 131). O mesmo deve se proceder quanto a datas, utilizando o formato dd/mm/aaaa.

Tabelas, quadros e gráficos, imagens e figuras devem constar no corpo do texto exatamente no local onde elas devem aparecer publicadas. Devem estar numeradas e com titulação clara e resumida. As referências e fontes das tabelas, figuras e imagens devem constar imediatamente abaixo das mesmas. É imprescindível indicar as fontes dos dados utilizados na confecção de tabelas, quadros e imagens.

Todo destaque que se queira fazer no texto deve ser feito em *itálico*. As palavras estrangeiras que não possuem equivalente em português ou espanhol devem também estar em *itálico*. Jamais deve ser usado o negrito ou o sublinhado.

Citações de outros autores contendo até três linhas devem ser feitas entre aspas, no corpo do texto. As citações que superam três linhas deverão estar em parágrafo próprio, com recuo dobrado, fonte um ponto menor que a do texto principal.

As citações em línguas que não a do texto no qual o artigo foi redigido devem ser obrigatoriamente traduzidas.

As notas de rodapé deverão ser de natureza substantiva, limitadas ao mínimo indispensável e indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente. Para as notas de rodapé utiliza-se letra *Time New Roman*, tamanho 10, com espaçamento simples.

Todas as fontes utilizadas na pesquisa e citadas no texto deverão constar no final do artigo com o título “Referências”.

As referências deverão ser feitas em formato “autor:data” no corpo do artigo.

Referências bibliográficas ao longo do texto devem responder ao seguinte formato: (Santos, 1998, 71-2); para mais de um autor utilizar (Santos e Pereira, 2007); quando a referência trouxer mais de dois autores utilizar *et al.* após o primeiro autor, sempre em *itálico* (Santos *et al.*, 2003). Para textos do mesmo autor, porém de anos diferentes, utilizar ordem alfabética para diferenciar as obras citadas, como no exemplo: (Santos, 2001a; Santos, 2001b).

O item “Referências” deverá conter os seguintes formatos para diferentes tipos de publicação:

#### *Livros:*

SOBRENOME, Nome (abreviado). (ano). *Título em itálico*. Cidade: Editora.

#### *Artigos de periódicos:*

SOBRENOME, Nome (abreviado). (ano). Título do artigo. *Nome do Periódico em itálico*, vol., n., paginação (x-y).

#### *Capítulos de livros:*

SOBRENOME, Nome (abreviado). (ano). Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (abreviado). *Título do livro em itálico*. Cidade: Editora.

**Internet (documentos eletrônicos):**

**SOBRENOME**, Nome (abreviado). (ano). *título em itálico*. Disponível em: [endereço de acesso]. [data de acesso].

**Trabalhos não publicados:**

**SOBRENOME**, Nome (abreviado). (ano). Título do trabalho. Filiação institucional do autor. Digit.

**Documentos:**

Título do documento. (ano). Fonte. Local de Publicação: Órgão responsável pela publicação. Data de consulta ou acesso.

**A seleção dos artigos**

Ao enviar manuscrito para a revista **Paraná Eleitoral** o(s) autor(es) transfere(m) para o periódico o direito de publicá-lo em qualquer tempo. Excedendo o número de artigos programados para publicação no ano (aproximadamente 18 artigos), será utilizado também como critério para seleção: (i) a ordem cronológica de recebimento do manuscrito por **Paraná Eleitoral**; (ii) a atualidade do assunto discutido ou da base de dados utilizada no estudo; e (iii) a relevância política ou social da matéria. Em caso de “chamadas de artigos” para edição temática, o texto fora do tema não será submetido ao parecerista de imediato.

Os autores serão informados sobre o aceite ou recusa da publicação através de parecer anônimo, não sendo admitidos recursos da recusa do artigo.

A seleção para publicação dos artigos é de competência dos **Editores** da revista **Paraná Eleitoral**, que os encaminhará aos pareceristas para avaliação, resguardando o sigilo do nome do(s) autor(es).

A revista **Paraná Eleitoral** não devolverá os originais das colaborações enviadas.

Após o envio do artigo e a confirmação de seu recebimento pelos editores da revista **Paraná Eleitoral**, o prazo para a avaliação do manuscrito é de até seis meses.

O(s) autor(es) de trabalho publicado na revista **Paraná Eleitoral** receberá(ão) três exemplares do respectivo número em seu endereço de contato informado.

Não serão devidos direitos autorais ou qualquer remuneração pela publicação dos trabalhos na revista **Paraná Eleitoral**, em qualquer tipo de mídia impressa (papel) ou eletrônica (Internet, CD-Rom, *e-book*, etc.).

Os casos omissos serão resolvidos pelo **Conselho Editorial** da revista.

